MÍDIA E INFÂNCIA NO PANORAMA CONTEMPORÂNEO

Sandro da Silva Cordeiro *

Maria das Graças Pinto Coelho **

RESUMO

Este artigo visa discutir acerca do conceito de infância ao longo da historiografia humana, culminando com as suas atuais determinações na contemporaneidade, influenciada pela presença constante das mídias. Percebe a interferência da mídia, especialmente a televisiva, na formulação dessa conceituação, adquirindo uma nova roupagem, incorporando uma reestruturação que lhe confere um outro *status*. Encara a criança como um sujeito receptor e consumidor em potencial. Reconhece a existência de uma “infância heterogênea”, percebendo as diferenças encontradas e a influência de contextos específicos na edificação dessa diversidade. Evidencia a existência de diferentes infâncias vividas num mesmo espaço e tempo, refletindo os paradoxos experimentados pelas crianças.

Palavras-chave: Infância – Mídia – Consumo – Contemporaneidade

ABSTRACT

MEDIA AND CHILDHOOD IN CONTEMPORARY VIEW

This article aims to discuss the concept of childhood throughout human history, culminating with its current state in the contemporary world characterized by the constant media influence. We understand media interference, especially television, in the formulation of that concept, gaining new characteristic, incorporating a new structure which attributes a different status. The article sees the child as a receptor and potential consumers. It recognizes the existence of a “heterogeneous childhood”, realizing the differences and the influence of specific contexts in building this diversity, and highlights the existence of different childhoods lived in the same space and time, mirroring the paradoxes experienced by children.

Keywords: Childhood – Media – Consumer – Contemporaneity

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Silvio Caldas, 05, Cidade da Esperança – 59070-250 Natal/RN. E-mail: sandcord8022@yahoo.com.br

** Doutora em educação pela UFRN. Professora do Departamento de Comunicação Social, membro do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFRN, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Clementino de Farias, 2070, casa A, Condomínio Maria da Penha – 59056-485 Natal-RN. E-mail: gpcoelho@ufrnet.br

Introdução

O mundo contemporâneo impõe novos paradigmas aos sujeitos nesse início de milênio. As transformações econômicas, sociais e culturais, ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século passado, provocaram profundos impactos na sociedade, alterando valores considerados absolutos e incitando questionamentos sobre o rumo tomado pela humanidade. Um clima de incertezas paira no ar, trazendo consigo tempos em que a instabilidade, aliada à efemeridade dos acontecimentos, ditam as novas relações travadas no interior do tecido social.

São relações pautadas por paradoxos e contradições, nas quais o revolucionário e o conservador aparecem figurando um mesmo contexto. Esse novo *standard* social está impregnado de uma grande insegurança nos valores que antecedem a mudança. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que as incertezas geram temor pelas proposições futuristas, é visível a abertura de novas portas, que anunciam infinitas possibilidades.

Sobre o sentimento de transformação e das suas possíveis conseqüências, Marshall Berman elucidou este entendimento com o seguinte comentário:

São todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança – de autotransformação e de transformação do mundo em redor – e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 2000, p. 13).

Essas transformações ocorridas em diversos âmbitos das relações coletivas não acarretaram mudanças apenas na população adulta. A construção social da infância adquiriu características que a introjecta num cenário de crise, baseada em fatores oriundos principalmente da desfragmentação do núcleo familiar e do acesso ilimitado às infor-

Longe de ser apenas um organismo em movimento, como de resto qualquer categoria etária, a criança é também alguém profundamente enraizada em um tempo e um espaço, alguém que interage com estas categorias, que influencia o meio onde vive e é influenciada por ele. (Edmir Perrotti)

mações próprias do universo adulto, alterando o modo como elas se vêem e são vistas pelos indivíduos. Isso nos leva a constatar que esses novos tempos anunciam uma nova era para a infância.

A partir das afirmações levantadas, é pertinente empreendermos uma breve incursão ao longo da historiografia humana, extraindo desses registros a percepção sobre as crianças em diferentes períodos e notando sua escala de evolução, culminando com as suas atuais determinações. Tal entendimento está ancorado nos enunciados propostos pela sociedade da informação e do consumo.

História da infância: do não ser ao ser criança

Para iniciar nossa trajetória em direção ao passado, podemos inferir que as referências históricas sobre a família obtidas em nossos dias, materializadas pela existência de pinturas, antigos diários de família, testamentos, documentos eclesiásticos e túmulos, constituem valiosa fonte de pesquisa para os estudos da sociedade antiga, deixando um legado de impressões e vestígios úteis para a posteridade, auxiliando no desvelamento dos acontecimentos ocorridos no passado.

Considerando tais fontes documentais, portadoras de informações e de significado, não encontramos, até por volta do século XII, registros expressivos representando a infância. Denotamos a partir desta constatação que a infância, antes dessa delimitação histórica, não era reconhecida conceitualmente. Não havia um lugar voltado para essa fase da vida. Confirmando tal verificação, Steinberg e Kincheloe consideram o conceito de infância como “... uma classificação específica de seres humanos, necessitada de tratamento especial, diferente daquele fornecido aos adultos. Tal

entendimento ainda não havia sido desenvolvido na Idade Média, sendo posterior a este período histórico.” (STEINBERG; KINCHELOE, 2001, p. 11).

Desta feita, a infância sempre existiu desde os primórdios da humanidade, mas sua percepção enquanto construção e categoria social, dotada de uma representação, é sentida e/ou reconhecida somente a partir dos séculos XVII e XVIII. Sobre a datação do surgimento da infância, Carvalho nos aponta a afirmativa a seguir:

A aparição da infância, tal como a concebemos hoje, ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claros e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Recorrendo-se à definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, vê-se que sua gênese está atrelada conceitualmente ao sentido de “incapacidade de falar”. As palavras infante, infância e demais correlatos recorrem à idéia de ausência da fala. Sua construção é alicerçada pelos prefixos radicais lingüísticos, dando um sentido particular a essa palavra: *in*: prefixo que indica negação – *fante*: participio do presente do verbo latino *fari*, que significa falar, dizer.

Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando estes infantes a uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente.

Ao serem representadas, principalmente através de pinturas, geralmente apareciam numa versão miniatura do adulto. Seus trajes não diferiam daqueles destinados aos já crescidos. Notamos tratar-se de crianças pelo fato de serem apresentadas em tamanho reduzido, embora com rostos e musculatura de pessoas maduras. Recorrendo-se às contribuições da pintura, encontramos, por exemplo, a conhecida obra do pintor espanhol Velásquez “As meninas” (1656), pintado em meados do século XIX, onde não há uma distinção entre crian-

ças e adultos. Suas roupas são as mesmas dos adultos, com a diferença de serem ajustadas aos seus corpos.

Até esse período, seguindo uma forma de organização social da família tradicional, a fase da “infância” tinha uma curta duração, restringindo-se apenas à sua etapa de fragilidade física. Ao adquirir uma certa independência, era imediatamente conduzida ao convívio adulto, compartilhando de seus trabalhos e jogos, sem estar plenamente preparada física e psicologicamente para tanto. Sobre essa passagem precoce ao contato adulto Phillipe Ariès reforça esta compreensão com o posicionamento a seguir: “De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje” (ARIÉS, 1981, p. 10).

A criança, em comparação ao adulto, era considerada um ser inacabado, sem identidade própria. Uma situação de incompletude era instaurada, pondo a criança num ponto de inferioridade perante os demais. Ainda neste momento, nota-se um sentimento superficial sobre a criança, denominado de “paparicação”, reservado a ela durante os seus primeiros meses de existência. Apesar dessa aparente atenção e de sentimentos fraternos, sua inocência, ingenuidade e graciosidade a tornavam um instrumento de diversão, tal qual um animal de estimação em termos de importância.

Caso chegasse a falecer¹, fato muito frequente devido às condições precárias de sobrevivência, havia um sentimento de substituição, pois logo outra criança nasceria e a substituiria. Uma espécie de anonimato estava presente nesse sentimento dirigido à infância. Esse detalhe da história da criança deixa transparecer a posição secundária à qual estava relegada, condição que perdurou por vários séculos.

Nesse período, a transmissão de valores e dos conhecimentos estava vinculada ao contato das

¹ “Era extremamente alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações e, por isso, a morte das crianças era considerada natural. A partir do século XVI as descobertas científicas – assim como a crescente preocupação com a urbanização das cidades – provocaram o prolongamento da vida, ao menos nas classes dominantes” (KRAMER, 1992, p. 37).

crianças com os jovens ou adultos através de um processo de socialização. Era uma aprendizagem de cunho prático, baseada na observação do trabalho desempenhado pelos mais experientes.

Com o estabelecimento de uma nova ordem social, em fins do século XVII, são notadas consideráveis mudanças, alterando a estrutura até então em vigência. Com essas modificações estruturais, sentiu-se a necessidade da criação de escolas, um dos mecanismos de fornecimento da formação inicial aos pequenos, a fim de dominarem a leitura, a escrita e a aritmética, considerados artifícios de preparação para a vida adulta. A escola passou a substituir a aprendizagem obtida empiricamente pela observação dos mais experientes, deixando as crianças de aprender a vida diretamente.

O advento da escola moderna está ligado ao surgimento de um novo sentimento do adulto para com as crianças, implicando em cuidados especiais. Tal processo está atrelado ao grande movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos e protestantes (estes após o século XVI), além da emergente cumplicidade sentimental das famílias, numa afeição que começa a aparecer entre os cônjuges e entre pais e filhos. Isso promoveu uma sensibilização inicial entre os familiares e as crianças, denotando uma maior atenção a essa fase da vida humana. A respeito da introdução da criança em instituições de ensino sistematizadas, Ariès pondera de forma crítica esse momento, emitindo a afirmativa abaixo:

A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como os loucos, os pobres e as prostitutas) que se estende até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p. 11).

Com o apogeu da Revolução Industrial, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, foi direcionado um novo olhar sobre as crianças. Algumas delas, principalmente aquelas oriundas das camadas populares, passaram a ser vistas como tendo um valor econômico a ser explorado. A urgência por mão-de-obra, de trabalhadores braçais, provoca o não cumprimento do acesso à escola, levando as

crianças ao mercado de trabalho, submetidas às explorações em nome de ditames econômicos. Sobre essa fase nebulosa, Amarilha reforça as afirmações acima levantadas com este comentário:

Se a vida em comum com os adultos, antes da Revolução Industrial, tratava a criança com descaso, agora, o seu valor enquanto geração de braços para a indústria e cabeças para o comando lhe traz o exílio do seu tempo. Viver a infância passa a ser um período dominado por modelos de preparação para ser o futuro adulto. A criança como tal, com identidade específica, continua desrespeitada e desumanizada (AMARILHA, 2002, p. 128-129).

O período de 1850 a 1950 é delimitado como o momento do ápice da infância tradicional. Com o desenvolvimento das ciências humanas e consequente compreensão acerca da infância, as crianças passaram a ser retiradas das fábricas e novamente inseridas em contextos promotores de aprendizagens sistematizadas, sendo as instituições educativas os locais mais apropriados para esses propósitos.

Com a consolidação do protótipo burguês de família em fins do século XIX, a responsabilidade dos genitores passou a assegurar mais responsabilidade com o bem-estar das crianças, garantindo os direitos que lhes assistem e maiores cuidados físicos. A noção de infância, agora, passa pelo crivo dos conceitos técnicos e científicos. Essa análise da infância passa a ser respaldada e analisada à luz da Psicologia, da Sociologia, da Medicina, dentre outros campos do saber, passando a emitir um parecer científico a respeito dessa etapa da existência humana, adquirindo essas constatações uma maior respeitabilidade frente à sociedade.

Para exemplificar a situação histórica da infância no Brasil, Nascimento (2006) emite essa afirmativa:

No Brasil, as grandes desigualdades na distribuição de renda e de poder foram, responsáveis por uma infância distinta para as classes sociais também distintas. As condições de vida das crianças fizeram com que o significado social dado à infância não fosse homogêneo. Del Priori (2000) afirma que a história da criança brasileira não foi diferente da dos adultos, tendo sido feita à sua sombra. Sombra de uma sociedade que viveu quase quatro séculos de escravidão, tendo a divisão entre os senhores e es-

cravos como determinante da sua estrutura social (NASCIMENTO, 2006, p. 27).

Tal afirmativa vem a confirmar o passado nebuloso da criança brasileira, subdividida em vários contextos e determinadas por fatores principalmente de ordem econômica e social. Aos mais abastados um direcionamento e entendimento para o ser criança. Para os desfavorecidos, uma infância regada a privações e o não reconhecimento dessa importante etapa da vida humana. Por esse motivo, é preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos presentes na formação do povo brasileiro. Isso imprime marcas distintivas no processo de interação da criança. Falando acerca dos aspectos que mostram a variedade de elementos compondo o panteão das características da situação brasileira, Kramer comenta: "... as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza, de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos" (2006, p. 15).

O ser criança está condicionado ao contexto, num tempo e espaço determinados, sofrendo a ação do meio sociocultural. Para complementar a citação acima mencionada, recorreremos a Pillar, indicando que: "Portanto, não existe uma população infantil homogênea, mas diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização. As crianças de classe alta e as das classes populares têm diferentes papéis e desempenhos em casa, na família, no meio social." (2001, p. 23).

Infância contemporânea: um mundo de possibilidades, espaço de incertezas

Ao adentrarmos na trilha da contemporaneidade nos deparamos com uma série de mudanças, formando novas conjecturas e desencadeando diferentes concepções e olhares sobre um mesmo fato ou acontecimento, sendo evidenciadas e processadas algumas rupturas significativas na ordem conceitual sobre a sociedade até então em vigência.

Nesse espaço mutante e efêmero, a noção de infância adquiriu uma nova roupagem, incorporando uma reestruturação que lhe confere um outro

status. A criança desses novos tempos possui outras características, desenvolvendo uma maior autonomia, necessidades não encontradas outrora, aspirações fruto da recente ordem estabelecida pelos ditames da globalização e do neoliberalismo.

O conceito de infância não se encontra atrelado a apenas uma definição. Existem "infâncias" coabitando um único espaço. O próprio Ariès reconhece a necessidade de desconstruir os padrões rígidos determinados pela infância burguesa. Desprovido de estereótipos ou idéias pré-concebidas da infância, poderemos enxergá-la pelas suas representações no presente, consolidadas pelos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que a circundam.

No atual contexto histórico, alguns estudos têm mostrado o sentido atribuído a infância. Postman alerta sobre o "desaparecimento da infância", dada a exposição das crianças às diversas situações de conflito do universo adulto. A pobreza, o trabalho infantil, a violência, todos esses elementos mostrados no plano real ou virtual (auxiliados pelas imagens) provocaram o rompimento e a expulsão das crianças do seu mundo de faz-de-conta. Kramer, citando Postman (1999), mostra claramente essa nova faceta do entendimento sobre a infância: "Na era pós-industrial não haveria mais lugar para a idéia de infância, uma das invenções mais humanitárias da modernidade; com as mídias e a internet, o acesso das crianças à informação adulta teria terminado por expulsá-las do jardim de infância." (POSTMAN, *apud* KRAMER, 2006, p. 15).

Conforme mostrado na citação acima, as alterações em relação à visão da infância possuem uma estreita relação aos aparatos midiáticos, como um dos elementos fornecedores de uma considerável quantidade de informações disponibilizadas através de diferentes suportes. Isso contribuiu, direta e indiretamente, na montagem dessa nova concepção da infância, na qual a criança é encarada como um sujeito receptor e consumidor de produtos em potencial.

Por muitos anos, como constatado no decorrer da historiografia levantada anteriormente, a família e posteriormente a escola, permaneceram como os principais espaços de socialização, considerados os agentes primários na troca de experiências.

Hoje as mídias², principalmente a televisão, acabaram ocupando esse lugar e roubando a cena, constituindo-se num dos principais meios de divulgação das informações e de acesso ao mundo. Esse contato independe da classe social ou faixa etária, ocorrendo muito antes do que se imagina.

Segundo estudos realizados por Pfromm Netto, as crianças começam a demonstrar interesse pela televisão a partir dos seis meses de vida, passando a assistir com maior regularidade a programação por volta dos dois ou três anos de idade. (PFROMM NETTO, 1998, p. 48). Sem contar que ela ouve antes mesmo de assistir sentada, brincando ou mesmo dormindo no colo dos pais. Nos espaços da casa, a TV está na sala, no quarto e até mesmo nas cozinhas em alguns casos. Ainda sobre a presença constante da TV na vida das crianças, Pillar complementa, dizendo:

Hoje, praticamente, as crianças assistem à televisão desde que nascem: seja por estarem na sala onde se encontra o aparelho e pelas imagens ou pelo som lhes chamarem a atenção; seja por prestarem atenção às imagens que se movem e que parecem reais. É comum as crianças irem até a televisão para pegar as imagens ou alguns produtos, ou se assustarem com imagens que parecem que vão sair da televisão. Ainda, os adultos transferem para a televisão os cuidados com a criança, fazendo com que esta funcione como uma “babá eletrônica” (PILLAR, 2001, p. 25).

Os milhões de imagens encontradas pela criança no seu cotidiano permitem a formação do seu imaginário, o entendimento sobre o mundo circundante. Um mundo novo e colorido é desvelado. Em momentos de brincadeiras e de descontração e até mesmo na escola, as representações construídas pela criança estão repletas do conteúdo televisivo. A produção de desenhos, os jogos de faz-de-conta e as conversas entre os amigos são permeadas de situações vistas na TV, reproduzindo e/ou recriando novas cenas.

Quando uma criança inicia o seu processo formativo na escola, leva consigo uma bagagem de conhecimentos inestimável, considerando-se também as várias horas passadas em frente ao televisor, desde quando era um bebê. A escola, muitas vezes, despreza esses conhecimentos prévios, trabalhando com informações totalmente descontext-

tualizadas dessa realidade. Isso provoca um distanciamento entre as práticas educativas e as vivências infantis provocando, em parte, a aversão dos alunos à escola.

Os produtores corporativos da cultura infantil invadem a vida privada das crianças. Percebendo o enorme poder dos meios de comunicação e informação, atacam a vulnerabilidade infantil, desenvolvendo uma infinidade de produtos para atingir a essa faixa etária, criando necessidades para esse público consumidor e incitando a aquisição exacerbada dos produtos veiculados pelas mídias. Conforme atesta Rizzardi, “além dos aspectos voltados para o entretenimento e lazer, a televisão também se apresenta como uma poderosa gôndola eletrônica para a exposição e sedução desses pequenos consumidores.” (2003, p. 231).

Além disso, convém ressaltar um outro agravante, o desenvolvimento de características tipicamente da sociedade contemporânea: o isolamento e a individualização dos sujeitos. Aprisionados pelas suas rotinas profissionais, os pais acabam enclausurando as crianças em casa, de modo a permanecerem sozinhas. Nessa situação, a TV aparece como uma “babá eletrônica”, acompanhando a criança durante esse tempo em que não existe um contato com os pais e familiares. A televisão, estruturada com seus poderosos apelos comerciais, acaba invadindo a vida das crianças e se agregando em sua própria constituição infantil, ditando valores, regras, modismos, formas de encarar e atuar no mundo. Todo esse movimento é desenrolado e incorporado, sem a devida filtragem.

Sobre a aquisição de bens e produtos veiculados largamente pela mídia, os estudos desenvolvidos por Jean Baudrillard (1995) indicam que a insatisfação emocional dos indivíduos é o motor do consumismo. A estimulação acontece através das campanhas publicitárias, estando a felicidade atrelada ao consumo de bens materiais. Esse consumo desenfreado, realimentado no contato com novos bens, gera um ciclo vicioso, ocasionando

² O termo mídia é originário da década de 1920. Oriundo do inglês *medias*, designa o conjunto de recursos que propiciam a difusão das informações. Com o transcorrer dos tempos e sua conseqüente evolução, foram sendo agregados outros elementos. Hoje, livros, jornais, revistas, rádio, televisão, Internet, dentre outros inúmeros exemplos, podem ser enquadrados como exemplos de mídias (BURKE; BRIGGS, 2004).

uma insatisfação psicológica permanente do consumidor. É o estado de insatisfação crônica que torna o indivíduo um consumidor modelo (COSTA, 2004, p. 139).

Com isso, há uma desestabilização das identidades culturais, deixando o indivíduo moderno fragmentado, com fronteiras pouco definidas, tal como preconizado por Stuart Hall (2004). Em contrapartida, uma nova e igual identidade vai sendo construídas gradativamente, por intermédio de produtos destinados às crianças, tais como brinquedos, filmes, artigos de moda, dentre outros. O sujeito-criança, seguindo esta linha de raciocínio, é reduzido ao corpo e torna-se consumidor. Essa compreensão dos fatos altera totalmente a noção de infância construída até então. Sobre essa transformação no entendimento do ser criança, Ghiraldelli Júnior nos esclarece brilhantemente, acenando que:

Ser criança é ter corpo que consome coisa de criança. Que coisas são estas? Primeiro, coisas que a mídia define como tendo sido feitas para o corpo da criança. Segundo, coisas que ela define como sendo próprias do corpo da criança. Respectivamente, por um lado, bolachas, danoninhos, sucos, roupas, aparatos para jogos, etc, por outro, gestos, comportamentos, posturas corporais, expressões, etc. Ser criança é algo definido pela mídia, na medida em que é um corpo-que-consome-corpo (GHIRALDELLI JR., 1996, p. 38).

Nesta perspectiva, há uma mudança de foco, pois a infância deixa de ser uma fase natural da vida humana, sendo, agora, um artefato construído, autorizado e ditado pela mídia. Esta, por sua vez, recria esta imagem da criança livre, protegida, feliz, deturpando e camuflando a verdadeira face da realidade. O que temos, na verdade, não passa de um simulacro da infância, espelhado em hábitos da vida adulta consumista.

A infância de hoje: um longo caminho a percorrer

Conforme mostrado no decorrer desses escritos, num entendimento de cunho social e antropológico, reconhece-se a existência de uma “infância heterogênea”, percebendo-se as diferenças encontradas e a influência de contextos específicos na edificação da diversidade. Isso evidencia a exis-

tência de diferentes infâncias vividas num mesmo espaço e tempo, refletindo os paradoxos experimentados pelas crianças (CARVALHO, 2003, p. 41). O discurso proliferado pela mídia acaba secundarizando esses dados, homogeneizando comportamentos e atitudes infantis, desconsiderando a individualidade do ser criança, construindo a idéia de que todas as crianças são felizes e vivem em condições de vida favoráveis ao seu crescimento, tal como preconizado pelas campanhas publicitárias e demais gêneros televisivos.

Como nos aponta Steinberg e Kincheloe (2001, p. 32), desde a década de 1950, cada vez mais, as experiências infantis têm sido pautadas e produzidas pelas corporações. Programas de TV, cinema, videogames e as músicas passam a fazer parte exclusivamente do domínio privado das crianças. A cultura destinada à infância ignora, muitas vezes, as diferenças, os problemas de origem econômica, social, étnica e cultural vivenciados diariamente pelas crianças, mostrando um mundo de plasticidades onde reina a mais perfeita ordem, modelada pela *performance* midiática, ausentando-se de uma ressignificação da realidade.

Diferentemente do protótipo de criança desenvolvido nos séculos anteriores, o mito da infância feliz deste novo milênio possui um espírito mais independente, pois desenvolveu uma série de habilidades no contato com a mídia. No entanto, a criança ainda precisa da ação interventora e mediadora do adulto, no sentido de conduzi-la na elaboração das estratégias de percepção da realidade. Existe uma urgência na preparação das crianças para o contato com o bombardeio de informações de tão fácil acesso, primando pela construção de um filtro capaz de selecionar aquelas – as informações – de maior qualidade, além do trato com a acuidade visual, eficaz no entendimento das imagens que povoam nosso cotidiano.

Todos os acontecimentos que perpassam a história da infância serviram para reconhecer a criança, do ponto de vista sociológico, como um componente histórico-cultural moldado por condicionantes econômicos e políticos atuando diretamente sobre ela. Considerando tais elementos, encaramos esta fase da vida humana como detentora de direitos, dotada de competências e capacidades a serem aprimoradas, tendo condições para

exercer o seu papel como cidadã dentro de um processo evolutivo de socialização.

A criança contemporânea amadurece precocemente, dadas as estimulações presentes no meio circundante. De notável inteligência e criatividade, precisam ser ouvidas e consideradas como parte integrante da sociedade. Piaget, Vygotsky e Wallon, formuladores das teorias psicogenéticas, forneceram algumas contribuições teóricas significativas para a compreensão do ser criança, pensando no seu desenvolvimento mental, social e afetivo. Tais conhecimentos serviram para compreendermos de que forma a criança se desenvolve e atua no espaço social, num diálogo em que as construções desses pensadores se complementam. Apesar desses pensadores terem vivido em outro momento histórico, tendo presenciado um processo diferente de inserção e interação da criança, é possível ainda vislumbrar a aplicabilidade e a pertinência de suas reflexões, salvo algumas reformulações previstas pela própria dinamicidade do conhecimento científico.

Mesmo tendo adquirido uma certa independência desde cedo, são inestimáveis o apoio, a proteção e o contato com o adulto, auxiliando-a nas suas escolhas, na constituição dos princípios e valores baseados na justiça e na solidariedade, proporcionando a construção de um olhar crítico frente ao mundo que nos envolve. Só assim estaremos preparando nossas crianças para viverem plenamente estes novos tempos.

A produção corporativa da cultura infantil, em outras palavras, os artefatos da cultura produzidos por grandes empresas especializadas, exercem uma forte influência na formação dessas crianças e merecem uma apreciação detalhada de pais e educadores. Ao examinarmos as pedagogias escolar e cultural, poderemos dar um sentido mais adequado ao processo educacional em vigência, que deve preocupar-se com questões tipicamente contemporâneas e que interferem diretamente no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento infantil.

A infância é uma fase da vida repleta de singularidades. São dotadas de alto grau de imaginação, tendo na fantasia um dos principais ingredientes no seu processo de socialização. A criação e a brincadeira estão constantemente permeando suas

experiências cotidianas. Não podemos esquecer de mencionar o fato de serem cidadãs, detentoras de direitos, produtoras de cultura, sendo nela produzidas. Tal entendimento permite-nos compreendê-la de uma forma diferenciada, podendo perceber o mundo a partir da sua lógica, do seu ponto de vista, distanciando-se um pouco do pensamento e da ordem estabelecida pelos adultos. Kramer ainda lança o seu entendimento sobre uma educação comprometida com a formação da criança contemporânea, expressando alguns elementos necessários a essa empreitada:

Nosso maior desafio é obter entendimento e uma educação baseada no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade e combater a desigualdade; viver uma ética e implementar uma formação cultural que assegure sua dimensão de experiência crítica (KRAMER, 2006, p. 21).

A partir dessa afirmativa, podemos inferir sobre o conceito de cidadania cultural, implicando no oferecimento de uma formação, contemplando o entendimento crítico da cultura. Sob um enfoque extensivo, podemos enquadrar, dentro do entendimento de cidadania, o direito à comunicação e à liberdade de expressão. Em outras palavras, educar significa formar o cidadão pronto para a vida em sociedade, incluindo aí a apropriação crítica dos aportes tecnológicos disponíveis. Sendo assim, a formação para as mídias tornou-se parte integrante de uma educação comprometida com a cidadania. O exercício do ser cidadão passa a agregar, também, o acesso consciente às mídias. Entender o seu conteúdo, percebendo as mensagens que estão codificadas além do aparente, é fundamental para compreender os mecanismos de proliferação das informações. O lançamento de um olhar crítico, estabelecendo um trato cuidadoso sobre tais dados, permite transformar as informações em conhecimento.

Conforme aponta Chauí, o acesso aos bens culturais, provenientes das atividades humanas resultantes de sua criação individual ou coletiva, sob todas as suas formas de expressão, aproxima-se do entendimento atribuído a esse termo. É papel dos órgãos governamentais disponibilizarem o acesso da população a essas produções. O direito à

informação e à fruição, assim como o trabalho de criação do novo, é parte do produto social cognitivo que, em última instância, chamamos também de cultura (CHAUÍ, 2006). Compreender as mensagens e as imagens divulgadas pelas mídias, questionar o seu conteúdo e, ainda, entender as imagens, reivindicar os direitos de acesso aos bens culturais são alguns dos aspectos que pautam a caracterização da Cidadania Cultural.

Consoante este pensamento, Gonnet atesta sobre a pertinência da cidadania cultural notando que "... para uma abordagem consciente dessas novas

situações, aprender as mídias, no mais amplo sentido da expressão, é uma competência básica para o exercício da cidadania" (GONNET, 2004, p. 10).

Diante disso, o cidadão cultural pode interagir com o direito à informação de qualidade. Esse novo modelo de cidadão deverá estar capacitado para reivindicar os seus direitos de acesso às informações e aos bens simbólicos. Essas habilidades terão no espaço pedagógico um local privilegiado, através do acesso a uma educação inovadora e comprometida com o desenvolvimento global dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AMARILHA, Marly. Infância e literatura: traçando a história. **Educação em Questão**, Natal: EDUFERN, v. 10-11, p.126-137, 2002.
- ARIÈS, Phillipe. **História social da infância e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito a cultura**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DEL PRIORI, Mary. **História da infância no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Pedagogia e infância em tempos neoliberais. In: SILVA JÚNIOR, Celestino (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p.36-51.
- GONNET, Jacques. **Educação e mídias**. Tradução Maria Luiza Belloni. São Paulo: Loyola, 2004.
- KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. p.18-33.
- NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. p.23-34.
- PERROTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PILLAR, Analice Dutra. Criança e televisão: leitura de imagens. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. São Paulo: Graphia, 1999.
- PFROMM NETTO, Samuel. **Telas que ensinam: mídia e aprendizagem**. Campinas: Alínea, 1998.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In: _____; _____. (Orgs.) **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Tradução de George Eduardo Japiassú Brício. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p.9-52.

RIZZARDI, Débora Grazziotin Finger. Uma leitura do merchandising direcionado às crianças em programas de televisão. In: MELO, José Marques (Org.). **Mídia, regionalismo e cultura**. São Bernardo do Campo: UPF Editora, 2003. p.231-248.

Recebido em 29.09.08

Aprovado em 02.11.08